

AS COMUNIDADES EPISTÉMICAS E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO

Miloslav Machoň

miloslav.machon@vse.cz

Trabalha no Centro de Estudos Internacionais Jan Masaryk da Universidade de Economia (República Checa). O seu trabalho centra-se nos atores de negociações políticas na área da gestão internacional. A sua especialização abrange a problemática da diplomacia científica.

Jana Kohoutová

jana.kohoutova@vse.cz

Investigadora na Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Economia (Centro de Estudos Internacionais Jan Masaryk, República Checa). O seu trabalho centra-se no estudo de novas formas de diplomacia e estratégias de negociação política.

Jana Burešová

jana.buresova@vse.cz

Investigadora na Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Economia (Centro de Estudos Internacionais Jan Masaryk, República Checa). É especialista na investigação de normas e regras internacionais, direitos humanos e estudos sobre segurança.

Jaroslava Bobková

jaroslava.jebava@vse.cz, jaroslava.bobkova@vse.cz

Trabalha na Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Economia de Praga (Centro de Estudos Internacionais Jan Masaryk, República Checa). A sua investigação atual incide sobre os atores não estatais nas relações internacionais.

Resumo

A importância decrescente do Estado como ator proeminente na política internacional conduziu ao debate sobre a crescente importância das relações transnacionais. A presente investigação concentrou-se noutros atores, incluindo as comunidades epistémicas. Este artigo analisa trabalhos anteriores recorrendo ao conceito de comunidades epistémicas, examina a sua influência na política internacional e as suas limitações. Utiliza a abordagem construtivista social para a elaboração de critérios do processo de profissionalização necessários para o reconhecimento das comunidades epistémicas. Este trabalho examina igualmente o conceito da influência das mesmas na regulação internacional, incluindo a definição das condições para a procura das atividades das comunidades epistémicas. As condições incluem a introdução de problemas complexos com um elemento de incerteza, o acesso direto ou indireto ao processo de tomada de decisões políticas nas arenas da política internacional e a capacidade dessas arenas de executar a regulação internacional. O artigo também explica e examina o processo de difusão de convicções partilhadas criadas pelas comunidades epistémicas. A capacidade de difundir convicções partilhadas apoia os modos de persuasão, incluindo indicadores estatísticos, eventos focados e narrativas. As convicções partilhadas são transferidas através de um processo de aprendizagem institucional. Uma transferência bem-sucedida significa que as convicções partilhadas se tornam parte de uma agenda política. A utilização das convicções partilhadas para a criação, execução e aplicação de decisões políticas revela a influência das comunidades epistémicas na política internacional.

Palavras chave

Comunidade epistémica; Complexidade; Incerteza; Eventos focados; Indicador estatístico; Narrativa; Regulação internacional; Construtivismo social

Como citar este artigo

Machoň M; Kohoutová, J; Burešová, J; Bobková, J (2018). "As comunidades epistémicas e a sua influência na política internacional: atualização do conceito". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 9, N.º 2, Novembro 2018-Abril 2019. Consultado [online] em data da última consulta, <https://doi.org/10.26619/1647-7251.9.2.1>

Artigo recebido em 23 de Janeiro de 2018 e aceite para publicação em 3 de Setembro de 2018





AS COMUNIDADES EPISTÊMICAS E A SUA INFLUÊNCIA NA POLÍTICA INTERNACIONAL: ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO¹

Miloslav Machoň

Jana Kohoutová

Jana Burešová

Jaroslava Bobková

1. Introdução

A importância decrescente do Estado como ator proeminente na política internacional conduziu ao debate na teoria das relações internacionais sobre a transformação gradual da política internacional (Burton, 1967). O debate prendeu a atenção de estudiosos das relações internacionais nas relações transnacionais, ou seja, contatos e interações além das fronteiras estatais que escapam ao controlo das instituições de política externa dos governos (Keohane-Nye, 1971: 330-331). As organizações transnacionais tornaram-se os novos atores na política internacional, porque influenciam a formação das relações Norte-Sul.

Na década de 1980, o construtivismo social fortaleceu a sua posição nas relações internacionais, centrando-se cada vez mais na investigação de estruturas sociais e ideológicas, em vez de fatores puramente materiais (Kratochwil, 1989). Ao mesmo tempo, a intensidade do conflito bipolar diminuiu, o que desencadeou o debate sobre a importância crescente e a extensão da interdependência (Rosenau, 1990: 11). Além dos estados e das organizações transnacionais, redes transnacionais de advocacia pública (Finnemore-Sikkink, 1998), sociedade civil transnacional (Kaldor, 2003), movimentos sociais transnacionais (Tarrow, 2005) e as redes criminosas (Kahler, 2009) tornaram-se atores de pleno direito da política internacional.

As redes de profissionais designadas “comunidades epistêmicas” (Haas, 1990: 2) também se tornaram atores da política internacional. Os estudos anteriores das comunidades epistêmicas basearam-se principalmente numa abordagem positivista das ciências sociais (Greene, 2014).

Apenas alguns estudos sobre as comunidades epistêmicas levaram em consideração a abordagem social construtivista. No entanto, esses estudos carecem de uma abordagem teórica e metodológica complexa. Em vez disso, concentram-se apenas em aspetos parciais, como a comunicação formal entre membros de comunidades epistêmicas em

¹ A tradução deste artigo foi financiada por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia – no âmbito do projeto do OBSERVARE com a referência UID/CPO/04155/2013, e tem como objetivo a publicação no JANUS.NET. Texto traduzido por Carolina Peralta.



publicações (Toke, 1999) ou o processo de seleção de membros da comunidade epistémica (Gjefsen, 2017), ou não reconhecem a existência de uma cultura comum numa organização associada a uma comunidade epistémica (Bueger, 2015).

Este trabalho responde às limitações da investigação anterior, esclarecendo o conceito de comunidades epistémicas e a influência dessas comunidades na política internacional. O artigo desenvolve-se em cinco etapas. Primeiro, apresenta o conceito de comunidades epistémicas introduzido por Peter M. Haas e as críticas principais que lhe foram feitas. Em segundo lugar, examina o conceito de comunidades epistémicas recorrendo ao modelo construtivista social introduzido por Cross, que enfatiza a presença da profissionalização nas organizações governamentais e não-governamentais. A abordagem do construtivismo social também é usada estudar influência das comunidades epistémicas na regulação internacional. Em terceiro lugar, o artigo aborda aspetos relacionados com complexidade e incerteza. Em quarto, analisam-se as condições de acesso das comunidades epistémicas aos processos de tomada de decisão nas arenas da política internacional e a capacidade dessas arenas de executar a regulação internacional. E em quinto lugar, especificam-se as estratégias de apresentação das comunidades epistémicas e esclarece-se a operacionalização qualitativa da sua influência na regulação internacional. Entre as estratégias de apresentação, o trabalho incluiu eventos focados, indicadores estatísticos e o enquadramento de convicções através de narrativas. Para a operacionalização qualitativa da influência, usou-se o conceito de aprendizagem institucional.

2. O conceito de comunidades epistémicas

A investigação das redes de profissionais inspirou-se em estudos publicados por Foucault (1970; 1980). De acordo com os mesmos, o conhecimento baseia-se na relação entre as regras sociais de “*episteme*” assentes na história e na cultura (Foucault, 1970: 285-287). A função epistémica é determinar recursos e métodos adequados para organizar o conhecimento.

Ruggie (1975: 567-570) desenvolveu ainda mais o conceito epistémico de Foucault ao generalizar a atividade das comunidades epistémicas. Segundo ele (1975: 569-570), as comunidades epistémicas participam na institucionalização das políticas adotadas nas arenas políticas internacionais, pois formam a realidade social explicando a relação entre causas e consequências.

Recorrendo a autores anteriores, Haas (1992: 3-5) definiu a comunidade epistémica como uma rede ou como um conjunto de relações entre profissionais com um grau reconhecido de especialização e competência numa área temática específica (Carayannis et al., 2011: 132). Dentro dessa rede, (1) um conjunto de convicções normativas, de valores e (2) causais, (3) o conceito de validade e (4) de crença política são partilhados. O reconhecido grau de especialização e competência permite que essa rede de profissionais possa reclamar com autoridade a avaliação do estado do conhecimento em uma dada área (Haas, 1992: 7-14). De acordo com Haas (2001: 11579-11580), os critérios partilhados da comunidade epistémica para avaliar o nível de especialização são uma característica essencial que diferencia significativamente comunidades epistémicas de outros atores que influenciam decisões políticas (por exemplo, movimentos sociais e grupos de interesse (Haas, 1992: 17-19).



Apesar do seu alto grau de elaboração, o conceito de comunidades epistémicas e sua influência na política internacional tem sido criticado várias vezes. A crítica desafiou explicitamente os critérios com que Haas definiu o conceito de comunidades epistémicas (Dunlop, 2000: 140-141). Haas enfatizou muito as convicções normativas e causais partilhadas, juntamente com os procedimentos partilhados para determinar a precisão.

Contudo, os critérios não delineiam a relação entre a coesão interna da comunidade epistémica e a sua capacidade de difundir convicções normativas e causais partilhadas entre os outros atores da política internacional (Waarden-Drahos, 2002: 930). Além disso, os critérios não especificam as condições precisas para a admissão de novos membros numa organização que associe comunidades epistémicas (Lorenz-Meyer, 2010: não paginado). Além disso, Haas não permitiu a possibilidade de mudança destes critérios (Dunlop, 2000: 41). No entanto, essa mudança ocorre no processo de negociação que se realiza dentro da comunidade epistémica e na sua interação com outros atores (Sebenius, 1992: 324-325).

O enquadramento teórico deve levar em conta o fato de a comunidade epistémica ser um ator internacional de política ativa que interage com outros atores da política internacional (Dunlop, 2012: 234). Portanto, as condições para a entrada de comunidades epistémicas na arena da política devem ser especificadas detalhadamente durante a revisão (Håkanson, 2010: 12-17).

A forma de articulação e difusão das convicções políticas da comunidade epistémica também precisa de ser mais específica, e deve basear-se na análise dos símbolos de comunicação usados, incluindo *outputs* estatísticos, tais como representações gráficas e de imagem. Assim, o conceito de comunidades epistémicas deve ser ampliado para abranger as descobertas do construtivismo social. Como tal, a sua capacidade analítica seria ampliada e um espectro mais vasto de redes internacionais poderia ser incluído no programa de investigação de comunidades epistémicas (Zito, 2001: 600-601).

3. Profissionalização nas organizações governamentais e não governamentais

Os pontos fracos do conceito de comunidades epistémicas de Haas foram abordados por Cross (2013: 147-159). A sua revisão do modelo original enfatiza a profissionalização, que oferece critérios mais concretos para a identificação de uma organização que reúne comunidades epistémicas e para apreciar a sua influência sobre os outros atores das relações internacionais (ver Tabela 1). O seu conceito baseia-se na suposição que uma comunidade epistémica é um mecanismo social que coordena a atividade dos seus membros (Cross, 2013: 149-150; Tarko, 2015: 65-66). A capacidade de uma comunidade epistémica de criar convicções normativas e causais partilhadas e persuadir outros atores da política internacional através de um processo de aprendizagem institucional depende principalmente do grau de coesão interna da organização que reúne a comunidade epistémica, e não apenas do grau de perícia reconhecida e do seu caráter governamental (ou não governamental) (Carayannis et al., 2011: 138-139).

Cross é também a primeira a estudar as condições prévias de uma comunidade epistémica para a sua adaptação e integridade (Schein, 2010: 17-18; Cross, 2013: 150-151). A adaptação e a integridade influenciam o nível de eficiência da atividade da comunidade epistémica e da sua relevância para outros atores das relações



internacionais. Uma comunidade epistémica é relevante e as suas atividades eficientes quando as formas de percepção, pensamento e tomada de posição sobre problemas que perturbam a adaptação e integridade da comunidade epistémica são transferidas entre os membros dessa comunidade de forma correta.

Cross (2013: 149) chama "profissionalização" à interação social entre membros de comunidades epistémicas, ou uma forma especial da mesma que estabelece, depura e restabelece o papel e o estatuto de uma determinada profissão. A profissionalização reforça a coesão interna de uma comunidade epistémica, pois contribui para a formulação, difusão e adoção de ideias dentro da mesma (Cross, 2015: 91-93). Este processo existe dentro da organização que reúne as comunidades epistémicas, e na sua estrutura, opiniões comuns, normas partilhadas e a própria identidade profissional são formuladas e modificadas.

A nível nacional, as comunidades epistémicas são profissionais que trabalham em diferentes instituições, incluindo no governo, universidades, entidades do setor privado ou organizações não-governamentais (Carayannis et al., 2011: 131-132). A nível internacional, esses profissionais encontram-se dentro de organizações governamentais e não governamentais internacionais. Ao fazê-lo, criam redes transnacionais com um grau de conhecimento e perícia reconhecidos numa área específica (Carayannis et al., 2011: 134; Cross, 2013: 150).

A identificação de uma comunidade epistémica exige, portanto, uma avaliação que demonstre se (nas organizações internacionais) o processo de profissionalização existe, e que é delimitado por três critérios: (1) cultura comum, (2) seleções de membros e oportunidades para o seu desenvolvimento profissional, e (3) frequência e qualidade das reuniões.

Tabela 1: Critérios para o reconhecimento de comunidades epistémicas por Haas e Cross

AUTOR	CRITÉRIOS
Peter M. Haas	<ul style="list-style-type: none"> • convicções normativas e de valores • convicções causais • noções de validade • política da empresa
Mai'a K. Davis Cross	<ul style="list-style-type: none"> • cultura comum (objetivo, simbolismo, património, identidade e consenso) • seleções de novos membros e o seu desenvolvimento profissional • reuniões pessoais

Fonte: dos autores com base nas fontes utilizadas acima identificadas

A *cultura comum* compreende cinco elementos (Schein, 2010: 14-16; Cross, 2013: 150-151). O primeiro é o objetivo comum, que são os valores comuns declarados publicamente, para a realização dos quais a comunidade epistémica luta através das suas atividades. É através do cumprimento desses valores declarados publicamente que a comunidade epistémica alcança o progresso científico. Consiste na acumulação de verdades científicas, que fazem parte de modelos lógicos representativos de teorias científicas e nos ajudam a compreender e explicar fenómenos do mundo que nos rodeia (Fano - Macchia, 2015: 65, 72).



O segundo elemento da cultura comum é o simbolismo partilhado, que é um conjunto de características da comunidade epistémica. Está assinalada nos materiais oficiais, incluindo edifícios, equipamento de escritório ou apresentação na internet. O terceiro elemento é o património comum que a comunidade epistémica passa para as gerações seguintes. É criado em conformidade com os valores democráticos e torna-se uma contribuição socioeconómica para as próximas gerações (Lacey, 2016: 14).

O quarto elemento da cultura comum assenta na identidade partilhada. São os princípios ideológicos e modelos mentais que determinam o modo de perceção, pensamento e atuação dos membros da comunidade epistémica. Os princípios ideológicos comuns e modelos mentais baseiam-se na neutralidade, imparcialidade e resistência (Lacey, 2016: 2-3).

Por fim, o quinto elemento da cultura comum é o interesse partilhado em alcançar consenso (Tarko, 2015: 70). Um processo orientado por consenso representa uma alternativa ao voto e à fase final da deliberação, na qual os membros da comunidade epistémica formulam e modificam visões comuns, normas partilhadas e a própria identidade profissional.

Segundo Cross (2013: 150-151), a profissionalização é reforçada também pela *seleção de novos membros* e pelo desenvolvimento profissional dos atuais. Ambos dependem do grau da contribuição para o progresso científico e do conseqüente nível de prestígio (Tarko, 2015: 71-72). O contributo para o progresso científico é avaliado num processo de autoavaliação. É um tipo de comunicação que é usada, apesar de ser consideravelmente criticada (cf. Binswanger, 2014), para avaliação da qualidade profissional e admissibilidade metodológica de uma ampla gama das atividades das comunidades epistémicas (Lee et al., 2013: 2-3, 10-12). A avaliação respeita os princípios da neutralidade, imparcialidade, autonomia, metodologia, critérios cognitivos, e resistência às influências externas. Isso reforça a sua credibilidade a partir da qual deriva o nível de prestígio e contribuição para o progresso científico, que assume a forma de um índice de cotação (Lee et al., 2013: 4). Uma preparação profissional intensiva contribui igualmente para o reforço da profissionalização (Cross, 2015: 150-151).

O terceiro elemento da comunidade epistémica profissionalizada são as reuniões presenciais frequentes dos seus membros (Cross, 2013: 151). Nessas reuniões, os membros da comunidade epistémica fortalecem as normas profissionais partilhadas, tais como procedimentos internos, protocolos e padrões de construção de consenso, o que é feito de maneira menos formal do que uma conversa em artigos de revistas científicas (Tarko, 2015: 74). Durante as reuniões das comunidades epistémicas, também ocorrem reuniões informais (nos bastidores) em grupos menores e permitem uma socialização mais intensa e o fortalecimento das relações pessoais.

O reforço das normas profissionais partilhadas pode ser considerado eficaz quando os focos dos problemas são resolvidos nas reuniões formais e informais e quando as reuniões pessoais são frequentes (Cross, 2013: 150-151; Cross, 2015: 92). As reuniões dos membros das comunidades epistémicas também são uma espécie de ritual onde os eventos importantes são lembrados, prémios são concedidos e os resultados das atividades profissionais dos membros são anunciados. É também o lugar onde as relações de amizade e o compromisso para com objetivos comuns, ou "*esprit de corps*", são reforçados (Cross, 2011: 28; Cross, 2015: 91-93).



O desenvolvimento do *esprit de corps* é mais intensivo quando os membros de uma comunidade epistémica costumavam cooperar de maneira profissional antes ou quando mantinham as mesmas posições no trabalho em diferentes períodos de tempo. Por isso, os membros consideram-se “uma equipa” (Cross, 2011: 29; Cross, 2015: 92).

4. Complexidade e incerteza dos problemas

Na política internacional, a procura pelas atividades das comunidades epistémicas tende a aumentar quando surgem problemas complexos com um elemento de incerteza (Adler-Haas, 1992: 373, 375; Cross, 2015: 92). Um problema complexo é um problema em que é difícil identificar uma relação de causa-efeito (Renn, 2015: 55-56). A complexidade dos problemas na política internacional é reforçada pela globalização (Turner - Holton, 2015: 14-15). A globalização é um processo social planetário multidimensional, no âmbito do qual o número e a qualidade das relações interdependentes entre culturas, mercadorias, informação e pessoas aumentam.

Durante as negociações políticas sobre problemas complexos da política internacional, as causas e os efeitos desses problemas são analisados (ver Tabela 2). O impacto das relações mútuas e da dependência são considerados na discussão. As relações mútuas dizem respeito à relação entre causas, efeitos e problemas da política internacional. A discussão das relações mútuas avalia se duas ou mais causas mutuamente independentes conduzem a um problema de política internacional e se esse problema não produz dois ou mais efeitos independentes.

Por outro lado, a discussão da dependência mútua centra-se apenas na relação entre causas e efeitos de problemas na política internacional, embora não apenas nos problemas. A avaliação consiste em examinar a influência mútua entre causas e efeitos de problemas da política internacional. Quando se combina a discussão das relações mútuas e da mútua dependência, surgem dilemas e a sua solução não passa sem a coordenação de atores de diferentes identidades e interesses (Renn – Klinke, 2012: 61; Renn, 2015: 55-56).

Tabela 2: Complexidade e incerteza dos problemas

ASPETO	COMPONENTE DO ASPETO
COMPLEXIDADE	Dificuldade na identificação e quantificação da causa e efeito
	Amplificação e aprofundamento da influência da globalização
	Relações mútuas e dependência
INCERTEZA	Efeitos interferenciais
	Variabilidade dos problemas
	Falta de conhecimento
	Indeterminação de problemas

Fonte: dos autores com base nas fontes utilizadas acima identificadas

Os atores políticos têm conhecimento limitado ou mesmo inexistente do elemento da incerteza. Isto torna mais difícil avaliar as consequências positivas e negativas previstas de uma decisão política (Adler-Haas, 1992: 373, 375, Cross, 2013: 151-153). A falta subjetiva ou objetiva de conhecimento é uma parte permanente da política internacional



que vai além das situações chamadas de "crise". Existe em quase todas as suas áreas, incluindo nas negociações políticas sobre pandemias globais, migração em massa, como combater piratas ou retardar a mudança climática, mesmo além das situações que são chamadas de "crise" (Hay, 1999: 317-335). A falta de conhecimento ocorre se o problema tiver pelo menos uma das características da incerteza - efeitos interferenciais, variabilidade de problemas, falta de conhecimento e indeterminação de problemas (Renn - Klinke, 2012: 61-62, Türkşen - Özkan, 2014: 160).

As duas primeiras características da incerteza - variabilidade e efeitos interferenciais - são componentes subjetivas da incerteza. Isto surge como resultado de medições erradas que podem ser reduzidas ou quase eliminadas, melhorando o nível de conhecimento existente e os métodos de avaliação (Renn-Klinke, 2012: 61-62). A variabilidade surge numa situação em que o problema cria um relacionamento diferente com cada ator político, conduzindo a divergências mútuas. Os efeitos interferenciais relacionam-se com a sobreposição do problema com outros problemas e com a ocorrência de erros sistemáticos e aleatórios que surgem durante a avaliação do problema por modelagem, métodos estatísticos ou experiências.

As restantes características da incerteza - falta de conhecimento e indeterminação do problema - são características objetivas da incerteza (Renn-Klinke, 2012: 61-62). A falta de conhecimento está associada à falta de informação sobre a natureza do problema ou à falta de informação sobre a ocorrência de um evento prejudicial e das suas possíveis consequências. A indeterminação do problema dá-se na presença de um evento aleatório e na inclusão de um número sub-ótimo de variáveis na avaliação do problema. Um componente objetivo da incerteza pode ser, em contraste com o seu subjetivo, apenas parcialmente eliminado, mas não inteiramente removido, pela melhoria dos conhecimentos e métodos de avaliação existentes (Türkşen - Özkan, 2014: 160).

5. Acesso das Comunidades Epistémicas à Regulação Internacional

Para difundir as convicções entre outros atores na política internacional, as comunidades epistémicas devem primeiro adquirir acesso direto ou indireto ao processo de tomada de decisão política na arena da política internacional (Adler-Haas, 1992: 375-378; Carayannis et al., 2011: 135). Por acesso direto entende-se o envolvimento dos membros de uma comunidade epistémica na tomada de decisões políticas e na transferência da responsabilidade pela criação e implementação de políticas para os membros de comunidades epistémicas ou da comunidade epistémica.

As organizações que reúnem comunidades epistémicas podem obter acesso direto adquirindo um estatuto consultivo, enquanto os membros das comunidades epistémicas podem obter acesso direto ao processo de tomada de decisão nas arenas políticas obtendo empregos de longo prazo ou conseguindo contratos consultivos únicos (Adler - Haas, 1992: 376, Carayannis et al., 2011: 135). A organização de simpósios profissionais durante as negociações políticas e a formulação de declarações sobre questões políticas em estudos profissionais é um exemplo do acesso indireto das comunidades epistémicas ao processo de tomada de decisão em arenas políticas.

No âmbito da política internacional, as decisões políticas internacionais são negociadas e implementadas (Webber-Smith, 2014: 30). A sua função é exercer a regulação internacional que representa uma intervenção deliberada e direta em atividades de



atores numa área particular da política internacional através da criação de um conjunto de regras, normas, princípios e procedimentos de tomada de decisão (ver Tabela 3/Krasner, 1982:186, Koop-Lodge, 2017: 105). As regras são entendidas como objetos abstratos que existem independentemente das atividades humanas fora do espaço e do tempo e guiam o comportamento (Hage, 2015: 14). A atividade humana, na forma de uma expressão de consentimento por parte de um indivíduo ou comunidade, decide se essas regras são válidas (Sainsbury-Tye, 2013: 42).

Tabela 3: Elementos da regulação internacional

⇒	Regras
⇒	Normas
⇒	Princípios
⇒	Procedimentos de tomada de decisão

Fonte: dos autores com base nas fontes utilizadas acima identificadas

As regras que definem modos aceitáveis ou proibidos de comportamento que usam uma razão baseada em valores são designadas por normas (Hage, 2015: 14; Wang-Wang, 2015: 200). A razão baseada nos valores assume a forma de uma relação causal ou orientadora (Hage, 2011: 156-157). A relação causal explica a ligação entre a causa e a consequência da relação entre dois ou mais eventos ou entre eventos e o estado mental. Pelo contrário, a relação de orientação define a ligação entre eventos e comportamento aceitável ou proibido ou entre o estado mental e os modos aceitáveis ou proibidos de comportamento (Hage, 2011: 157-158). Os princípios são regras que, tal como as normas, criam comportamentos aceitáveis ou proibidos usando a razão moral (Bix, 2015: 135-142). A razão moral é distinta da razão da avaliação da norma, uma vez que sua validade deve ser aceite - se possível - por todos os membros de um grupo ou sociedade (Grabowski, 2015: 344).

Os procedimentos de tomada de decisão também são elementos da regulação internacional. Representam um processo de negociação durante o qual os atores políticos argumentam sobre formulação, execução e implementação de decisões políticas (Krasner, 1982: 186; Wu et al., 2012: 50-51; Ciot, 2014: 64-65). A sua forma depende do caráter dos atores ativos que participam na arena política – em particular das suas perceções, preferências, atitudes em relação ao problema e capacidade de poder. Um ator pode ser um indivíduo ou grupo de indivíduos que representam as referidas elites políticas e burocráticas e tem total responsabilidade pelo cumprimento das suas metas políticas. No processo de negociação, assumem uma posição particular que afeta a sua abordagem de negociação ou, mais precisamente, a sua influência na solução de um problema político internacional (Ciot, 2014: 107-111).

As perceções, preferências e posições dos atores em relação ao problema estão relacionadas com interesses nacionais mais vastos, incluindo questões de segurança, que abrangem valores que são cruciais para a sobrevivência do ator e da sua prosperidade económica (Webber-Smith, 2014: 39-42). A forma de um procedimento de tomada de decisão que lida com um problema particular é determinada pelos níveis de complexidade



e incerteza, que estão diretamente ligados à capacidade do ator de prever as consequências e os resultados das decisões políticas adotadas (Wu et al., 2012: 53-54). Se for capaz de antecipá-los e se houver consenso sobre o desenvolvimento de uma decisão política entre todos os atores relevantes, a sua tomada de decisão é considerada racional, uma vez que eles contemplam a maximização de interesses e valores (Wu et al., 2012: 53).

Pelo contrário, se um dado processo de tomada de decisão estiver sob pressão temporal e a capacidade do ator de prever as consequências de uma determinada decisão política for limitada, as decisões dos atores ativos na arena política dependem do conflito em causa e da sua própria capacidade de negociar e chegar a um compromisso. Nesse caso, o resultado desejado seria comparações sucessivas entre as emendas propostas e as decisões anteriormente tomadas e implementadas. Geralmente, indica uma alteração marginal do estado atual. A maximização dos objetivos individuais é intolerável.

Em relação a essa mudança marginal, as decisões políticas correspondem com uma renúncia dos interesses e valores dos atores individuais, e não recorrem ao método de resolução de problemas tecnologicamente mais eficiente (Wu et al., 2012: 53-54). Desde que aparentemente haja uma grande incerteza por parte dos atores em relação às consequências da decisão e haja um número elevado de atores envolvidos no processo, a decisão política final estará em conformidade com os objetivos e valores temporários do ator ou grupo de atores com maior potencial de poder à sua disposição (Wu et al., 2012: 54).

6. Difusão das convicções das comunidades epistémicas

As comunidades epistémicas usam modos de persuasão quando introduzem um problema, e a sua capacidade de difundir convicções normativas e causais partilhadas entre os outros atores da política internacional aumenta (ver Tabela 4). Os modos de persuasão incluem indicadores estatísticos, eventos focados e convicções enquadradas em narrativas. Sendo os indicadores estatísticos um método exato, demonstram precisão e objetividade através de medição rigorosa (Stone, 2011: 184, 197). Antes disso, os dados são classificados por analogia em dois grupos. O que contém características substanciais do problema torna-se objeto de medição, enquanto o outro com características não essenciais será omitido (Stone, 2016: 161). Ao iniciar este processo, a comunidade epistémica indica o seu interesse em desenvolver o assunto, o que está relacionado com a importância crescente do problema (Kingdon, 2014: 90-94; Stone 2016: 166). O decorrer da categorização depende da decisão do ator que avalia o problema e de uma forma de categorias criadas que está condicionada à cultura social num determinado lugar e tempo (Stone, 2016: 162).

Tabela 4: Formas de persuasão das comunidades epistémicas

⇒ indicadores estatísticos
⇒ eventos focados
⇒ narrativas

Fonte: dos autores com base nas fontes utilizadas acima identificadas



As comunidades epistémicas podem difundir as suas convicções mais facilmente expressando a natureza do problema através de números, já que assim revelam os atributos comuns de um problema específico e os unifica em grupos (Stone, 2011: 194). Além disso, a difusão é facilitada também pela identificação da magnitude do problema através de vários índices estatísticos de diferentes fontes (Birkland, 2011: 192-193). A capacidade das comunidades epistémicas de fazê-lo está associada à interpretação particular dos índices que lidam com o problema (Kingdon, 2014: 93-94). Se os índices estatísticos estiverem relacionados com um argumento crucial que apoie a adoção de uma decisão política, essa capacidade aumenta (Pearson, 2010: 344-346).

Os eventos focados também aumentam significativamente a capacidade de uma comunidade epistémica de difundir as suas convicções (Birkland, 2011: 180), pois agem como detonadores que transformam problemas insignificantes em problemas que exigem decisões fundamentais. Aumentam não apenas a probabilidade de um problema duradouro permanecer na agenda política, mas também a possibilidade de se encontrar uma solução para o problema em questão.

As suas características comuns são a forma repentina como ocorrem e a sua relativa raridade (Birkland - Warnement, 2013: 4). Têm consequências que se centram num lugar e tempo exatos e são muito abrangentes, trazendo externalidades negativas para a atenção imediata dos atores políticos.

As narrativas são outra opção para as comunidades epistémicas difundirem as suas convicções entre os outros atores da política internacional. Esses meios de comunicação incluem quatro elementos: o quadro da narrativa, personagens, enredo e lições a serem aprendidas (Jones et al., 2014: 5). Devido à sua criação, a narrativa é enquadrada num contexto particular (princípios jurídicos e institucionais incontestáveis, fatos comumente conhecidos e amplamente respeitados relativos à área geográfica específica - Jones et al. 2014: 6).

As personagens de uma dada narrativa, enquanto abstrações antropomórficas de contexto específico, não precisam de ser apenas pessoas. No entanto, sempre têm características ou aparência humanas (Stone, 2011: 166-169). As personagens desempenham três papéis diferentes: heróis, se resolverem um problema político; vilões, se provocam um problema; e vítimas, se forem prejudicadas pelo problema. O enredo define a relação entre as personagens e a história, e encontra-se em toda a história.

O desenlace de um determinado enredo pode ser detetado pela alteração da resolução de problemas e pelo uso do poder. A segunda opção pode conduzir tanto ao ganho como à perda de controlo de um problema político (Stone, 2011: 159-168). A história termina com uma moral que constitui um esboço de uma decisão política e fortalece a situação atual, ou informações sobre a incerteza, o que exige a especificação completa de um problema (McBeth et al., 2012: 163-164).

As comunidades epistémicas difundem as suas convicções entre os outros atores da política internacional por meio de um processo de aprendizagem institucional (Carayannis et al., 2011: 138-140). Desde que a transferência de convicções seja bem-sucedida, são levadas em consideração e gradualmente tornam-se parte de uma agenda política (Birkland, 2011: 169-170). Uma agenda inclui uma lista de problemas e respetivas soluções que são debatidas pelos atores da política internacional na arena política



internacional. Na prática, significa que um dado problema chamou a atenção dos atores. Depois de resolvido, é retirado da agenda política. Partindo do princípio que os atores utilizam convicções partilhadas para a formulação, execução e implementação de decisões políticas durante esse processo, a influência das comunidades epistémicas manifesta-se numa agenda política internacional específica, mais precisamente na política internacional (Dunlop, 2012: 238-240).

7. Conclusão

Este artigo recorreu a trabalhos de investigação anteriores usando o conceito de comunidades epistémicas e a sua influência na política internacional e examinou as suas limitações, utilizando uma abordagem construtivista social nos critérios de elaboração do processo de profissionalização necessário para o reconhecimento das comunidades epistémicas. Concretizou e elaborou nominalmente os elementos da cultura comum, o processo de seleção de novos membros, as possibilidades de desenvolvimento profissional e a importância de reuniões frequentes dos membros.

Também analisou a sua influência na regulação internacional, especificando as condições de procura das atividades das comunidades epistémicas. Entre essas condições inclui-se a introdução de problemas complexos com um elemento de incerteza, o acesso direto ou indireto ao processo de tomada de decisão política nas arenas da política internacional e a capacidade dessas arenas de implementar a regulação internacional.

Finalmente, o artigo explicou e analisou o processo de difusão de convicções partilhadas criadas pelas comunidades epistémicas. É difundido por outros atores da política internacional através de modos de persuasão que têm três atributos principais: indicadores estatísticos, eventos focados e narrativas. As convicções partilhadas são transferidas entre as comunidades epistémicas e outros atores através de um processo de aprendizagem institucional. O processo é considerado bem-sucedido quando se torna parte da agenda política. A utilização das convicções partilhadas para formulação, execução e implementação de decisões políticas manifesta-se na influência das comunidades epistémicas na política internacional. A estrutura teórica que aqui se apresenta abre o caminho para a realização de estudos de caso em diferentes áreas específicas, tais como diplomacia ambiental e climática, acordos comerciais, reformas de uniões monetárias e muitas outras.

Referências bibliográficas

Adler, Emanuel – Haas, Peter (1992). Conclusion: Epistemic Communities, World Order, And The Creation of a Reflective Research Program. *International Organization*. (46)1: 367-390.

Binswanger, Mathias (2014). Excellence by Nonsense: The Competition for Publications in Modern Science, in: Bartling, Sönke – Friesike, Sascha (eds.), *Opening Science*. Springer, 49-72.

Birkland, Thomas – Warnement, Megan (2013). Defining, Explaining, and Testing the Role of Focusing Events in Agenda Change: 30 Years of Focusing Event Theory [online]. *APSA 2013 Annual Meeting Paper*. [15. 1. 2018]. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2300441.



- Birkland, Thomas (2011). *An Introduction to the Public Policy Process: Theories, Concepts, and Models of Public Policy Making*. Armonk: Sharpe.
- Bix, Brian (2015). Rules and normativity in law, in: Araszkievicz, Michał – Banas, Paweł – Gizbert-Studnicki, Tomasz – Pleszka, Krzysztof (eds.), *Problems of Normativity, Rules and Rule-Following*. Springer, 125-146.
- Bueger, Christian (2015). Making things known: epistemic practices, the United Nations, and the translation of piracy. *International Political Sociology*. (9)1: 1-18.
- Burton John (1967). *International Relations: A General Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carayannis, Elias – Pirzadeh, Ali – Popescu, Denisa (2011). *Institutional learning and knowledge transfer across epistemic communities: new tools of global governance*. Springer Science & Business Media.
- Ciot, Melania-Gabriela (2014). *Negotiation and Foreign Policy Decision Making*. Cambridge Scholars Publishing.
- Cross, Mai'a (2011). *Security Integration in Europe: How Knowledge-Based Networks are Transforming the European Union*. University of Michigan Press.
- Cross, Mai'a (2013). Rethinking Epistemic Communities Twenty Years Later. *Review of International Studies*. (39)1: 137-160.
- Cross, Mai'a (2015). The Limits of Epistemic Communities: EU Security Agencies. *Politics and Governance*. (3)1: 90–100.
- Dunlop, Claire (2000). Epistemic Communities: A Reply to Toke. *Politics*. (20)3: 137-144.
- Dunlop, Claire (2012). Epistemic Communities, in: Araral, Eduardo – Fritzen, Scott – Howlett, Michael – Ramesh, Michael – Wu, Xun (eds.), *Routledge Handbook of Public Policy*. Routledge, 229-243.
- Fano, Vincenzo – Macchia, Giovanni (2015). Scientific Progress. in: Alai, Mario – Buzzoni, Marco – Tarozzi, Gino (eds.), *Science Between Truth and Ethical Responsibility*. Springer, 65-78.
- Foucault, Michel (1970). *The order of things: An archaeology of the human sciences*. Nova Iorque: Pantheon.
- Foucault, Michel (1980). *Power/knowledge*. Nova Iorque: Pantheon.
- Gjefsen, Mads (2017). Crafting the expert-advocate: training and recruitment efforts in the carbon dioxide capture and storage community. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*. (30)3: 1-24.
- Grabowski, Andrzej (2015). The Validity of Moral Rules and Principles as a Legal Problem. in: Araszkievicz, Michał – Banas, Paweł – Gizbert-Studnicki, Tomasz – Pleszka, Krzysztof (eds.), *Problems of Normativity, Rules and Rule-Following*. Springer, 341-349.
- Greene, Jack (2014). The Upside and Downside of the 'Police Science' Epistemic Community. *Policing*. (8)4: 379-392.
- Haas, Peter (1990). *Saving the Mediterranean: The Politics of International Environmental Cooperation*. Nova Iorque: Columbia University Press.



- Haas, Peter (1992). Epistemic Communities and International Policy Coordination: Introduction. *International Organization*. (46)1: 1-35.
- Haas, Peter (2001). Policy Knowledge: Epistemic Communities. in: Baltes, Paul – Neil, Smelser (eds.), *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*. Oxford: Pergamon, 11578-11586.
- Hage, Jaap (2015). Separating rules from normativity. in: Araszkievicz, Michał – Banas, Paweł – Gizbert-Studnicki, Tomasz – Pleszka, Krzysztof (eds.), *Problems of normativity, rules and rule-following*. Springer, 13-29.
- Håkanson, Lars (2010). The firm as an epistemic community: the knowledge-based view revisited. *Industrial and Corporate Change*. (19)6: 1801-1828.
- Hay, Colin (1999). Crisis and The Structural Transformation of the State: Interrogating The Process Of Change. *The British Journal of Politics & International Relations*. (1)3: 317-344.
- Jones, Michel – McBeth, Mark – Shanahan, Elizabeth (2014). Introducing the narrative policy framework. in: Jones, Michel – McBeth, Mark – Shanahan, Elizabeth (eds.), *The Science of Stories*. Springer, 1-25.
- Kahler, Miles (2009). Collective action and clandestine Networks: The case of al Qaeda. in: Kahler, Miles (ed.), *Networked politics: Agency, power, and governance*, Nova Iorque: Cornell University Press, 103-124.
- Kaldor, Mary (2003): The Idea of Global Civil Society. *International Affairs*, (79)3: 583-593.
- Keohane, Robert – Nye, Joseph (1971). Transnational Relations And World Politics: An Introduction. *International Organization*. (25)3: 329–349.
- Kingdon, John (2014): *Agendas, Alternatives and Public Policies*. Londres: Pearson Education.
- Koop, Christel – Lodge, Martin (2017). What is regulation? An interdisciplinary concept analysis. *Regulation & Governance*. (11)1: 95–108.
- Krasner, Stephen (1982). Structural causes and regime consequences: regimes as intervening variables. *International Organization*. (36) 02: 185–205.
- Kratochwil, Friedrich (1989). *Norms, Rules and Decisions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Lacey, Hugh (2016). Science, respect for nature, and human well-being: democratic values and the responsibilities of scientists today. *Foundations of Science*. (21)1: 51–67.
- Lee, Carole – Sugimoto, Cassidy – Zhang, Guo – Cronin, Blaise (2013). Bias in peer review. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*. (64)1: 2–17.
- Lorenz-Meyer, Dagmar (2010). Possibilities of enacting and researching epistemic communities. *Sociological Research Online*. (15) 2: 1–13.
- McBeth, Mark – Shanahan, Elizabeth – Arrandale Anderson, Molly – Rose, Barbara (2012). Policy story or gory story? Narrative policy framework analysis of Buffalo field campaign's YouTube videos. *Policy & Internet*. (4)3–4: 159–183.



- Pearson, Robert (2010). *Statistical persuasion: How to collect, analyze, and present data... accurately, honestly, and persuasively*. Thousand Oaks: SAGE Publications.
- Renn, Ortwin – Klinke, Andreas – Asselt, Marjolein van (2012). *Complexity, uncertainty and ambiguity in inclusive risk governance*. Collingwood: CSIRO Publishing.
- Renn, Ortwin (2015). Risk. In: Pattberg, Philipp – Zelli, Fariborz (eds.): *Encyclopedia of Global Environmental Governance and Politics*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, s. 53–60.
- Ruggie, John (1975). International Responses To Technology: Concepts And Trends. *International Organization*. (29)3: 557–583.
- Sainsbury, Mark – Tye, Michael (2013). *Seven Puzzles of Thought: And How to Solve Them: An Originalist Theory of Concepts*. Oxford: Oxford University Press.
- Sebenius, James (1992). Challenging conventional explanations of international cooperation: negotiation analysis and the case of epistemic communities. *International Organization*. 46(1): 323–365.
- Schein, Edgar (2010). *Organizational Culture and Leadership*. Nova Iorque: John Wiley & Sons.
- Stone, Deborah (2011). *Policy paradox: The art of political decision making*. Nova Iorque: WW Norton and Company.
- Stone, Deborah (2016). Quantitative analysis as narrative. In: Bevir, Mark – Rhodes, Arthur William (eds.) *Routledge Handbook of Interpretive Political Science*. Routledge, 157–170.
- Tarko, Vlad (2015). Polycentric structure and informal norms: competition and coordination within the scientific community. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*. (28)1: 63–80.
- Tarrow, Sidney (2005). *The New Transnational Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Toke, Dave (1999). Epistemic Communities And Environmental Groups. *Politics*. (19)2: 97–102.
- Türkşen, Burhan – Özkan, Ibrahim (2014). Recent Advancement in Fuzzy System: Full Type 2 Fuzziness. *Chaos and Complexity Theory in World Politics*. IGI Global, 158–168.
- Turner, Bryan – Holton, Robert (2015). Theories of Globalization: Issues and origins. In: Turner, Bryan – Holton, Robert (eds.). *The Routledge International Handbook of Globalization Studies*. Abingdon: Routledge, 1–22.
- Waarden, Frans van – Drahos, Michaela (2002). Courts and (Epistemic) Communities in The Convergence of Competition Policies. *Journal of European Public Policy*. (9)6: 913–934.
- Wang, Peng-Hsiang – Wang, Linton (2015). Rules as Reason-Giving Facts: A Difference-Making-Based Account of the Normativity of Rules. In: Araszkievicz, Michał – Banas, Paweł – Gizbert-Studnicki, Tomasz – Pleszka, Krzysztof (eds.): *Problems of Normativity, Rules and Rule-Following*. Springer, s. 199–213.
- Webber, Mark – Smith, Michael (2014). *Foreign policy in a transformed world*. Londres:



Routledge.

Wu, Xun – Ramesh, Martin – Howlett, Michael – Fritzen, Scott (2012). *The public policy primer: Managing the policy process*. Londres: Routledge.

Zito, Anthony (2001). Epistemic Communities, Collective Entrepreneurship and European Integration. *Journal of European Public Policy*. (8)4: 585–603.